O Estado de S.Paulo, 6 de novembro de 2026

Contenção de danos?

Rogério L. Furquim Werneck*

Há duas semanas, às vésperas do segundo turno, lamentei aqui que o País estivesse obrigado a escolher entre dois pesadelos: eleger Flávio Bolsonaro ou dar um quarto mandato a Lula da Silva. Do primeiro pesadelo, em boa hora, nos livramos. Prevaleceu o segundo. O que assusta, agora, é o despreparo do presidente para lidar com os enormes desafios que seu novo governo terá de enfrentar.

O que mais preocupa, claro, é que ele não seja capaz de levar adiante a mudança de regime fiscal que se faz necessária. Convencido de que a extraordinária votação que teve no segundo turno é a melhor prova de que seu terceiro mandato foi coroado de êxito, Lula não consegue entender a importância da reorientação da política macroeconômica. Falta-lhe um mínimo de convicção sobre a real necessidade de um ajuste fiscal de mais fôlego. E, também, a disposição de entregar o Ministério da Fazenda a alguém com estatura para lhe dizer não e pronto a renunciar ao cargo caso sinta que já não conta com seu respaldo. Mais do mesmo – outro pau-mandado – não vai resolver.

Mas, por ora, o que mobiliza o governo é outra questão: a contenção de danos do grave revés que sofreu no primeito turno, na renovação do Congresso. O plano de jogo de Lula para lidar com a configuração parlamentar bem mais adversa que terá de enfrentar em 2027 é o jogo de sempre. Aproveitar o Congresso que aí está para nomear às pressas, e sem critério, um novo ministro do Supremo que possa reforçar a bancada governista na Corte. E, em fevereiro, apostar no centrão de Ciro Nogueira e Antonio Rueda para tentar reeleger Davi Alcolumbre e Hugo Motta para as presidências do Senado e da Câmara.

Não promete ser tão fácil. Receoso de que, no Senado, possa vir a ser derrotado pela senadora Tereza Cristina ou pelo senador Rogério Marinho, Alcolumbre já contempla, como gesto de "pacificação", a anistia a Jair Bolsonaro, uma moeda de troca em franca desvalorização no Congresso.

O que mobiliza a direita do novo Senado é a possibilidade de investigar ministros do Supremo, que tanto Alcolumbre como Lula consideram inadmissível. Uma questão fadada a se converter em sério ponto de atrito entre o governo e o Senado.

O teste de stress da campanha pela reeleição de Alcolumbre será a indignação da opinião pública quando ficar claro que o plano de jogo do Planalto é assegurar que, em setembro, Alexandre de Moraes possa assumir por dois anos a presidência do Supremo.

Lula ainda não entendeu o recado que as urnas lhe deram no primeiro turno das eleições.

---

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.